

Um currículo de abordagem sociopolítica no ensino musical

A socio-political approach curriculum in musical teaching

Sonia Regina Albano de Lima¹

Resumo: Na atualidade a educação tem dialogado e interagido com as diversas áreas de conhecimento, com as camadas socioculturais e com a distribuição de poder entre as variadas culturas, povos e nações, de modo a consolidar uma função social intervencionista, capaz de melhor contribuir na construção de conhecimentos mais inovadores. O ensino musical deve seguir a mesma tendência. O referencial teórico que embasou as argumentações concentrou-se nos estudos de A. J. Severino e H. A. Giroux e na discussão de ordenamentos pedagógicos e questões curriculares voltados para essa modalidade de ensino sob uma perspectiva de análise qualitativa, os resultados apontados demonstram que esses procedimentos se adotados, propiciarão ao ensino musical a possibilidade de melhor intervir na sociedade e na cultura de nosso país.

¹ Doutora em Comunicação e Semiótica (Artes) pela PUC-SP; Pós-doutoramento em Música pelo IA-UNESP; Bacharelado em Direito pela USP; Bacharelado em instrumento (piano) pela Faculdade de Música Carlos Gomes. Foi diretora e professora da Escola Municipal de Música de São Paulo e da Faculdade de Música Carlos Gomes. Atua no Programa de Pós-Graduação em Música do IA-UNESP desde 2005. Possui inúmeras publicações de livros e artigos científicos na área de educação musical, música e interdisciplinaridade. Foi Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música no período de 2015 a 2019. Idealizadora do site www.saber.musical.com.br e de alguns materiais didáticos virtuais. É membro de Conselhos Editoriais e Consultivos de Revistas e Coletâneas nacionais e internacionais relacionados à música. É segunda líder de pesquisa do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Musical (G-PEM-IA-UNESP). Membro pesquisador no Grupo de Pesquisa – CNPq-Fenomenologia da Música da Universidade de Maringá que tem como líder o Dr. Flavio Apro

Palavras-chave: função da educação atual, questões curriculares, ensino musical, análise qualitativa dos dados, desenvolvimento humano e sociocultural.

Abstract: Currently, education has been concerned with dialoguing and interacting with the various areas of knowledge, with the sociocultural layers and with the distribution of power among the various cultures, peoples and nations, in order to consolidate an interventionist social function, capable of better contribute to the construction of more innovative knowledge. Music education should follow the same trend, in the sense of better reflecting the role of music in society and how it can contribute to the integral development of individuals. The theoretical framework used was largely concentrated on the studies of researchers Antônio Joaquim Severino and Henry A. Giroux, on the discussion of pedagogical systems aimed at Brazilian musical education and on curricular issues involving this type of teaching.

Keywords: sociocultural intervention in teaching, music education, curriculum issues, human development.

Na atualidade a *formação* e a *atuação* de um profissional ou docente de qualquer área de conhecimento necessita extrapolar a missão tecnicista que tem norteado os cursos superiores e técnicos. Em igualdade de condições este profissional deve estar capacitado para enfrentar e solucionar questões sociopolíticas, econômicas e culturais que circundam a sociedade, a sua profissão e o seu desenvolvimento pessoal. Essa tendência tem sido um grande desafio tanto para os docentes como para as escolas de modo geral, pois interfere no processo de ensino/aprendizagem, na aquisição de novos conhecimentos, na articulação da escola com a sociedade, na função social que cada estudante terá durante o seu exercício profissional e com a sua saúde física e emocional. De forma gradual, quando esta tendência for intensificada, ela permitirá que as escolas, os docentes e alunos intercedam de forma mais incisivas nas políticas, estruturas e práticas educativas. Até então não havíamos sentido tão intensamente a importância de articularmos no nosso aprendizado, conhecimentos

teóricos e práticos e as questões que envolvem o nosso psiquismo, o cognitivo, as questões éticas, sociais, físicas e artísticas, já que essas relações se encontram em indissolúvel unidade e só por um processo de abstração podemos separá-las.

Observamos que o crescente desenvolvimento tecnológico tem alterado substancialmente o mundo do trabalho, a forma de adquirirmos o conhecimento, a comunicação entre os povos e as relações interpessoais; contudo, ainda persiste um certo desajuste entre o progresso tecnológico veiculado na sociedade e a sua utilização no cotidiano escolar, seja no ensino básico, profissional ou superior. Situações envolvendo a cidadania, as relações de poder, a ética, a moral, a subjetividade, o lazer, a sustentabilidade planetária são temas bastante priorizados pela sociedade atual, na tentativa de construirmos um mundo mais justo, sem tantas desigualdades, contudo, a escola, mesmo sendo um lugar privilegiado para discutir e até mesmo solucionar parte dessas transformações, caminha a passos lentos devido a sua estreita ligação com uma política governamental que privilegia em grande parte o atendimento e cumprimento de interesses econômicos, provocando um grande descompasso de compromissos entre uma e outra.

Ao refletir sobre os problemas e ameaças que acerbam a Universidade brasileira, o pedagogo e pesquisador Antônio Joaquim Severino assim se expressa:

Externamente, as ameaças são muito grandes: a ausência de políticas governamentais efetivamente comprometidas com o interesse público, ausência de planejamentos adequados, orgânicos e abrangentes, de disponibilização, à altura das necessidades, de recursos humanos técnicos e financeiros. Ameaças que se agravam pelas pressões políticas e econômicas dos organismos transnacionais interessados em implementar seus projetos globalizadores. [...]O ensino superior, em

nosso contexto, não pode ser visto como se fosse apenas um lugar de preparação de técnicos para o mercado de trabalho ou um adendo de ilustração, um burilamento cultural destinado à uma minoria elitizada, sob a diletante batuta de uma suposta meritocracia. Muito ao contrário, é uma necessidade básica e fundamental para o país, para que ele possa levar avante seu processo de desenvolvimento social, processo que, por sua vez, é imprescindível para que ocorra a humanização de todas as pessoas que integram a sociedade, inclusive daquelas que não frequentarão a universidade. [...] Para uma sociedade como a brasileira, a universidade significa um investimento fundamental, não uma sofisticação artificial ou um luxo perverso (SEVERINO, 2017, p. 17/19).

Em grande parte, os cursos de formação de docentes e de profissionais nas diversas áreas de conhecimento têm privilegiado uma matriz curricular que capacita um profissional para atuar quase que exclusivamente no mercado de trabalho, minimizando o valor de disciplinas mais preocupadas em auxiliar sob igualdade de condições o desenvolvimento social e integral dos indivíduos.

O pensador e professor Henry A. Giroux em obra publicado no ano de 1988 já argumentava a inadequação dos currículos tradicionais pelo seu comprometimento com uma *visão de racionalidade a-histórica*, orientada por um consenso politicamente conservador. Giroux aponta para a necessidade de as escolas implantarem um currículo que permita aos seus usuários desenvolverem e discutirem novos tipos de relacionamentos e questões circunscritas a esta temática:

Ela (a visão de racionalidade a-histórica) favorece uma visão passiva dos estudantes e parece incapaz de examinar as pressuposições ideológicas que a prendem a um modo operacional estreito de raciocínio. Sua visão de ciência ignora os elementos de competição e estruturas de referência dentro da própria comunidade científica[...] Além disso, ela termina substituindo a investigação científica crítica por uma forma limitada de metodologia científica baseada na previsão e no controle. Em vez de promover uma reflexão crítica e compreensão humana, o modelo curricular dominante enfatiza a lógica da probabi-

lidade como principal definição da verdade e do significado. Os conceitos que caracterizam este modelo parecem não apenas pouco críticos, eles são como cheques em branco que apoiam o *status quo* (GIROUX, 1997, p. 47).

Giroux relata que se fosse adotado esse novo modelo curricular, a escola poderia ser parte de um processo social mais amplo e, nesse sentido, cada instituição poderia avaliar o relacionamento e a interligação existente entre o currículo implantando, a escola e a sociedade. Em um currículo tradicional, o autor admite que as questões que avaliam a forma como os professores percebem seus alunos e as experiências realizadas em sala de aula ou mesmo como os materiais didáticos particulares são veiculados, são menosprezados. Pouco espaço é destinado aos estudantes para que eles gerem seus próprios significados cognitivos ou se atenham em suas próprias vivências; não há uma preocupação que habilite esse aluno a desenvolver um pensamento crítico. É importante pensarmos em um currículo que considere o conhecimento como uma construção social:

Devemos desenvolver uma espécie de currículo que cultive o discurso teórico crítico sobre a qualidade e propósito da escolarização e da vida humana. Precisamos desenvolver perspectivas mais amplas que mais enriqueçam do que dominem o campo. A teoria curricular crítica deve ser situacional. Ela deve analisar as várias dimensões da pedagogia como parte das conjunturas históricas e culturais nas quais elas ocorrem. E ela deve fazer isso com os instrumentos que são criados a partir de uma variedade de disciplinas. [...] precisamos enriquecer nosso foco através da utilização dos conceitos e instrumentos que as outras disciplinas nos oferecem; [...] Os educadores curriculares devem ser capazes de reconhecer a relevância e importância da aceitação e utilização de múltiplas linguagens e formas de capital cultural [...] poderíamos partir da noção de que a realidade nunca deveria ser tomada como dada, mas que, em vez disso, deve ser questionada e analisada (IBID, p. 50-1).

Hoje não se espera dos cursos de formação um acúmulo de conhecimentos técnicos. Outras prioridades também necessitam estar

interconectadas ao ensino, exigindo dos indivíduos, sejam eles alunos, professores, gestores, diretores, coordenadores e profissionais em geral, uma postura reflexiva e crítica do aprendizado repassado nos bancos escolares, a fim de que esses personagens possam atuar no mundo sob condições mais satisfatórias.

De modo geral, as matrizes curriculares dos cursos de formação tornaram-se um tanto engessadas; a desarticulação entre o pensar e o agir nesses cursos tem sido um entrave na concretização e obtenção de novos conhecimentos, não privilegiando a formação de um indivíduo capaz de atender aos interesses de uma sociedade globalizada que cada vez mais põe fim às fronteiras territoriais.

Atualmente o saber, de modo geral, precisa transcender o conhecimento obtido nos cursos de formação, ele deve se estender para a complementaridade existencial dos indivíduos. Velhos e costumeiros padrões de ensino estão perdendo força dia a dia. Uma postura mais dialógica e transformadora tem sido propagada pelos ordenamentos pedagógicos, principalmente quando direcionados à educação básica, projetando um ensino mais holístico e humanizado, a fim de que o indivíduo possa interagir mais prontamente na complexidade que tem norteado o planeta e a própria existência humana no decorrer de sua formação. Mesmo assim, as escolas brasileiras, por ingerências político-econômicas e situações das mais adversas, não estão acompanhando essa evolução, petrificando suas matrizes curriculares tecnicistas, massificando o ensino e propagando uma democratização irreal do conhecimento. Seria importante aos educadores e as escolas em geral se prepararem para a construção de um projeto de ensino que transcenda o tecnicismo, o individualismo territorial, a teorização excessiva, a falta de sequenciamento pedagógico entre a educa-

ção básica e o ensino superior, entre outras medidas. Cada vez mais é necessário às instituições escolares transcenderem as exigências econômicas que norteiam o mercado de trabalho, integrando os vários níveis de educação e modalidades de ensino, desde a educação básica até a educação profissional e a educação superior, a fim de habilitarem seres humanos que efetivamente trabalhem em suas áreas de conhecimento de forma mais ativa e participativa.

Na atualidade o coletivo deve ser o baluarte de uma educação multifuncional, interdisciplinar e pluridimensional, capaz de atingir e dialogar com todas as camadas socioculturais e com a distribuição do poder entre as variadas culturas, povos e nações. Não podemos mais referendar uma educação que ainda cultua uma estrutura curricular não flexibilizada e massificada, como se ela fosse a forma mais segura de obter conhecimento. O dialogismo; a inclusão de parcerias interinstitucionais nacionais e estrangeiras; as parcerias sócio comunitárias; a inclusão de projetos sociais na educação, de cursos extracurriculares e de formação continuada destinadas a comunidade; a relação teoria/prática a ser devidamente investigada no sentido de promover a inter-relação entre os processos de ensino e aprendizagem e a pesquisa no setor; a inovação curricular e metodológica como proposta de produzir novas formas de aprendizagem e novos conhecimentos; a preservação dos bens culturais de cada país e o estudo de outras culturas, considerando-se que a globalização tem promovido a desterritorialização planetária; a inclusão das artes nos processos de ensino, com o intuito de trazer para o indivíduo o conhecimento e a vivência de uma linguagem subjetiva que atenda mais intensamente a essência humana; a preocupação com o desenvolvimento psíquico, físico, espiritual, social e ético dos indivíduos; a in-

ter-relação das diversas áreas de conhecimento; a valorização do cotidiano cultural trazido pelos alunos; a não hierarquização dos saberes docentes frente ao conhecimento do corpo discente, são medidas mais do que necessárias no ensino atual e que permitirão cada vez mais, o enriquecimento do discurso proposto pela Educação. As discussões e reflexões dessas questões ampliarão a visão de mundo dos educadores, dos alunos, das instituições de ensino e da Educação como um todo.

Ainda que os ordenamentos atuais afirmem a necessidade de uma Educação cada vez mais democratizante e inclusiva, as instituições escolares estão longe de realizarem essa missão com eficácia. Pessoas com deficiências físicas e mentais, classes minoritárias, menores carentes, entre outros, ainda estão minimizados e distanciados dos bancos escolares.

Na atualidade é necessário que o professor exerça, além da docência, uma função social intervencionista, no sentido de reproduzir, questionar, problematizar e reafirmar quando necessário, a construção de conhecimentos diferenciados. É importante que ele esteja alerta aos perigos de um serviço pedagógico excessivamente mecânico e burocrático e que compreenda mais enfaticamente qual o seu real papel e impacto na sua área de atuação e na sociedade.

Embora uma determinada formação acadêmica não tenha condições de abarcar toda a área de conhecimento a que está vinculada, é necessário que essa formação dialogue cada vez mais com outras áreas de conhecimento e tenha uma função profissional e social mais atuante. A educação atual tende a seguir uma tendência holística, como o foi na Antiguidade. Nesse sentido, torna-se importante a produção de um currículo de bases mais qualitativas que atenda os

reais interesses do corpo discente e da sociedade. Para isso, as escolas devem manter matrizes curriculares mais flexibilizadas, convalidar conhecimentos trazidos pelos alunos advindos de outras instituições de ensino ou mesmo dos indivíduos que tenham uma atuação prática mais consolidada, fato que propiciaria aos estudantes melhor consolidação dos conhecimentos adquiridos.

Essas ações exigem das instituições um sistema contínuo de avaliação e um diálogo interinstitucional, que permitirá ao corpo discente avançar em sua formação, cumprindo disciplinas que realmente sejam importantes tanto para a sua formação como para a sua atuação profissional e social. Essa conduta educacional traria maior dinamidade ao aprendizado. A massificação e o engessamento curricular do ensino, a inflexibilidade na transmutação das disciplinas ofertadas necessitam de uma remodelação tanto por parte dos ordenamentos quanto das instituições de ensino.

O caminhar e o aprimoramento cada vez mais intenso do ensino a distância (EAD) também não deve ser menosprezado diante das condições favoráveis de sua propagação em comunidades carentes ou mesmo em instituições internacionais. Também é importante pensarmos que após vencermos a pandemia instaurada no mundo com a propagação da Covid 19, padrões de ensino até então consagrados, serão extintos, modificados, transformados. Para o futuro presume-se que o ensino presencial dividirá espaço com o ensino virtual.

Os ordenamentos educacionais, visando uma formação integral do indivíduo e a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva tem tentado fortalecer o regime de colaboração entre a educação e o governo, inserindo valores e ações capazes de transformar a sociedade e preservar a natureza, a fim de obtermos melhores

possibilidades de vida neste planeta, mesmos assim, observa-se a forte vinculação da Educação com a política governamental.

A educação artística, um tanto minimizada nos currículos escolares, como parte de sua proposta formativa, tem buscado a fruição e valorização das diversas manifestações artístico-culturais, na tentativa de promover um diálogo intercultural que pode nos conscientizar das semelhanças e diferenças existentes entre uma cultura e outra, sempre com o intuito de aprimorar nossa sensibilidade, nossas emoções, a subjetividade, principalmente na educação básica, e está sendo encarado, na visão de muitos educadores contemporâneos, como uma das práticas sociais importantes para o desenvolvimento cognitivo e emocional dos indivíduos.

O ensino das Artes na atualidade tem sido considerado por muitos pesquisadores e estudiosos, um espaço e uma área de conhecimento capaz de transformar e auxiliar o desenvolvimento físico, cognitivo e mental dos indivíduos. Mesmo assim, os cursos superiores de artes ainda estão privilegiando uma formação centrada no domínio técnico de suas linguagens e com poucas informações acerca dos benefícios socioculturais que as artes em geral oferecem.

O ensino superior de música (Bacharelado e Licenciatura), por sua vez, ainda está voltado para um aprendizado de tradição eurocentrista e tecnicista que embora necessário, não tem priorizado práticas e ações musicais voltadas para a inclusão social, o melhor desenvolvimento humano, nem a formação de docentes com uma formação artística polivalente para atuarem na educação básica de forma plena, como determinado pelos ordenamentos educacionais. O excessivo número de disciplinas teórico-práticas para o aprendizado dessa linguagem no ensino superior agrava-se pelo fato da quase ine-

xistência deste aprendizado na educação básica, restando para o ensino superior de música uma preocupação pedagógica com este aprendizado. Por vezes essas questões têm sido priorizadas nos projetos educacionais, atividades extracurriculares e ações e práticas de investigação abordadas nos programas de pós-graduação da área.

A Música, como parte integrante da Grande Área de nº 8, veiculada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Linguística, Letras e Artes), comporta uma diversidade de subáreas, entre elas: Música (8 03 03 00 5), Regência (8 03 03 01 3), Instrumento Musical (8 03 03 02 1), Canto (8 03 03 04 8), Ópera (8 03 06 00 4), Educação Artística (8 03 10 00 1), além de outras linguagens, entre elas a Dança e o Teatro, em suas várias vertentes². Cada uma dessas subáreas contempla disciplinas focadas no aprendizado desta tradição musical específica, sejam elas, disciplinas teóricas ou práticas, ainda que as Diretrizes Curriculares voltadas para a Graduação em Música propaguem um ensino e uma matriz curricular mais flexível, atenta as reais necessidades de nossa sociedade e capazes de promover um diálogo intercultural e a troca musical entre as diferentes culturas.

Na educação básica tem sido disseminada uma proposta pedagógica para ensinar todas as artes concomitantemente e de forma integrada, visando sensibilizar artisticamente esses alunos, sem a preocupação de trabalhar com essas linguagens sob uma perspectiva tecnicista. Vejamos o que está sendo priorizado para o aprendizado das artes no ensino fundamental:

² Acesso em 01 de maio de 2021.

In: <http://www.cnpq.br/areasdeconhecimento/index.htm>.

No ensino fundamental, o componente curricular Arte está centrado nas seguintes: as Artes visuais, a Dança, a Música e o Teatro. Essas linguagens articulam saberes referentes a produtos e fenômenos artísticos e envolvem as práticas de criar, ler, produzir, construir, exteriorizar e refletir sobre formas artísticas. A sensibilidade, a intuição, o pensamento, as emoções e as subjetividades se manifestam como formas de expressão no processo de aprendizagem em Arte. O componente curricular contribui, ainda, para a interação crítica dos alunos com a complexidade do mundo, além de favorecer o respeito às diferenças e o diálogo intercultural, pluriétnico e plurilíngue, importantes para o exercício da cidadania. A Arte propicia a troca entre culturas e favorece o reconhecimento de semelhanças e diferenças, entre elas. Nesse sentido, as manifestações artísticas não podem ser reduzidas às produções legitimadas pelas instituições culturais e veiculadas pela mídia, tampouco a prática artística pode ser vista como mera aquisição de códigos e técnicas. A aprendizagem de Arte precisa alcançar a experiência e a vivência artísticas como prática social, permitindo que os alunos sejam protagonistas e criadores. A prática artística possibilita o compartilhamento de saberes e de produções entre os alunos por meio de exposições, saraus, espetáculos, *performances*, concertos, recitais, intervenções e outras apresentações e eventos artísticos e culturais, na escola ou em outros locais. Os processos de criação precisam ser compreendidos como tão relevantes quanto os eventuais produtos. Além disso, o compartilhamento das ações artísticas produzidas pelos alunos, em diálogo com seus professores, pode acontecer não apenas em eventos específicos, mas ao longo do ano, sendo parte de um trabalho em processo [...]. Os conhecimentos, processos e técnicas produzidos e acumulados ao longo do tempo em Artes visuais, Dança, Música e Teatro contribuem para a contextualização dos saberes e das práticas artísticas. Eles possibilitam compreender as relações entre tempos e contextos sociais dos sujeitos na sua interação com a arte e a cultura (BRASIL, BNCC, 2018, p. 163).

Hoje os Cursos de Graduação em Música apresentam as seguintes propostas:

O curso de graduação em Música deve ensinar, como perfil desejado do formando, capacitação para apropriação do pensamento reflexivo, da sensibilidade artística, da utilização de técnicas composicionais, do domínio dos conhecimentos relativos à manipulação composicional de meios acústicos, eletroacústicos e de outros meios experimentais, e da sensibilidade estética, através do conhecimento de estilos, repertórios, obras e outras criações musicais, e revelando habilidades e aptidões indispensáveis à atuação profissional na sociedade, nas dimensões artísticas, culturais, sociais, científicas e tecnológicas, inerentes à

área da música. [...] O curso de graduação em Música, atento às tecnologias de produção e reprodução musical, de novas demandas de mercado e de sua contextualização marcada pela competição e pela excelência nas diferentes modalidades de formação profissional, deve possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as competências e habilidades para que o formando possa: I - intervir na sociedade de acordo com suas manifestações culturais, demonstrando sensibilidade e criação artísticas e excelência prática; II - viabilizar pesquisa científica e tecnológica em música, visando à criação, compreensão e difusão da cultura e seu desenvolvimento; III - atuar, de forma significativa, nas manifestações musicais, instituídas ou emergentes; IV - atuar nos diferenciados espaços culturais e, especialmente, em articulação com instituições de ensino específico de música; V - estimular criações musicais e sua divulgação como manifestação do potencial artístico.[...] O curso de graduação em Música deve assegurar o perfil do profissional desejado, a partir dos seguintes tópicos de estudos ou de conteúdos interligados: I - conteúdos básicos: estudos relacionados com a cultura e as artes, envolvendo também as ciências humanas e sociais, com ênfase em antropologia e psico-pedagogia; II - conteúdos específicos: estudos que particularizam e dão consistência à área de Música, abrangendo os relacionados com o conhecimento instrumental, composicional e de Regência; III - conteúdos teórico-práticos: estudos que permitam a integração teoria/prática relacionada com o exercício da arte musical e do desempenho profissional, incluindo também estágio curricular supervisionado, prática de ensino, iniciação científica e utilização de novas tecnologias (BRASIL, Parecer CNE/CES 0195/03, p. 2/4).

Observa-se pela leitura desses ordenamentos que tanto as instituições de ensino superior, como os cursos de ensino técnico de música ainda concentram seus esforços para ensinar música sob uma perspectiva tecnicista, voltada para a compreensão, domínio e execução de um repertório europeu tradicional, nesse sentido, algumas remodelações curriculares precisam ser remodeladas.

Questões ecológicas, humanitárias, sociais e culturais poderiam estar presentes no currículo dos cursos de música, caso houvesse a implantação de um ensino musical gradativo desde a educação básica até o ensino superior, o que desafogaria a missão pedagógica do ensino superior de música. A visão pluridisciplinar, multidisciplinar,

transdisciplinar ou interdisciplinar do cenário musical tem sido bastante propagada na legislação educacional, principalmente, na educação básica. Hoje é importante refletir a música em suas relações com a sociedade, interligá-la com as demais linguagens artísticas, tendo em vista o que rezam os ordenamentos voltados para a educação básica, considerando-se que a música também se configura como uma das formas de comunicação e parte integrante da cultura de um país.

No estudo dos contextos culturais de um povo não basta estudarmos os efeitos sonoros trazidos pelos índios, negros e demais culturas em nossa música; fatores bem mais pontuais devem ser considerados, entre eles, verificar o que a música representa para esses povos e mesmo para nós, enquanto área de conhecimento.

Os programas de pós-graduação em música, aos poucos têm revertido esta situação, buscando se inter-relacionarem com outras áreas de conhecimento (etnográfica, tecnologia, neurocognição, psicologia, sociologia, antropologia, saúde, ecologia, entre outras), visando compreender e analisar a música de outras culturas, ou cuidando de resolver questões problemáticas que estão presentes em nossa sociedade e que podem encontrar amparo no ensino musical e na propagação de seu repertório. Muitos de nossos pós-graduandos estão realizando pesquisas ou cursando disciplinas em programas de pós-graduação de outras áreas de conhecimento, buscando algum tipo de solução de questões socioculturais que envolvem nossa área. Hoje tem sido priorizado pelos mestrandos ou doutorandos de música realizarem disciplinas em outros programas que não os de música, o que tem enriquecido sobremaneira nosso campo de atuação

Temos consciência que a formação acadêmica em música não pode dar conta da totalidade de ensinamentos da área. Estudar música é uma tarefa que se estende para toda vida, no entanto, seria importante que os currículos de música contemplassem, além do estudo de um repertório musical com tendências eurocêntricas e tecnicistas, a diversidade musical do nosso país, as questões étnico-raciais e as questões socioculturais, considerando-se que os profissionais que se propuserem a trabalhar com tais questões irão se deparar com várias demandas e deverão estar preparados para lidar com essas situações.

A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2005, que trata da obrigatoriedade do ensino das culturas e histórias africanas, afro-brasileiras e indígenas nos currículos das escolas do país, ainda não está presente na maioria dos cursos superiores de música. Essa discussão tem alcançado projeção nos Congressos Nacionais e Internacionais, nos Encontros, *Lives*, Simpósios e Fóruns presenciais e nos eventos virtuais, bastante disseminados a partir de 2020, em razão da pandemia instaurada no mundo e, com certa periodicidade, nas pesquisas realizadas por alunos da pós-graduação em música. De modo geral, seria importante que os cursos de música refletissem qual a função social da música em nossa sociedade e no mundo, qual a melhor maneira de atuarmos musicalmente na sociedade e de que forma as disciplinas teórico-musicais poderiam ser vivenciadas e empiricamente testadas. Como relata H. Giroux:

[...] uma vez perdida a dimensão subjetiva do saber, o propósito do conhecimento torna-se a acumulação e a categorização [...] Esta visão de conhecimento geralmente é acompanhada de relações sociais hierarquizadas em sala de aula conducentes a comunicados, e não comunicação [...] O controle, e não a aprendizagem, parece ter alta prioridade no modelo curricular tradicional (IBID, p. 46).

Ao se reportar aos estudos culturais a serem ofertados nas Universidades e fora delas, este pesquisador também relata que esses estudos deveriam encarar com suspeita os projetos que trabalham contextos culturais de forma hierarquizada, de maneira a considerar apenas uma determinada parte de uma certa cultura como política dominante e eticamente importante. O que deveria ser considerado nos estudos culturais em geral, seria a possibilidade de analisarmos suas próprias condições de existência, o que seria um pré-requisito para não privilegiarmos estruturas culturais dominantes (GIROUX, 1997, p. 185). Isso realmente traria para as universidades ou demais instituições de ensino, maior autonomia e reconhecimento, privilegiando transformações sociais importantes:

A fim de preservar sua integridade teórica e política, os estudos culturais devem desenvolver formas de conhecimento crítico, bem como uma análise crítica do próprio conhecimento [...] Por causa de sua constituição, as estruturas disciplinares impedem a derrubada de divisões de trabalho técnicas e sociais das quais são parte e as quais ajudam a produzir. Os estudos culturais precisam desenvolver uma teoria da maneira pela qual diferentes formações sociais são produzidas e reproduzidas dentro das relações assimétricas de poder que caracterizam a sociedade dominante. [...] Os estudos culturais, nesse sentido, devem desenvolver um discurso de oposição e uma práxis contradisciplinar para lidar com as disputas sobre diferentes ordens de representação, formas conflitantes de experiência cultural e visões diversas do futuro. É evidente que os interesses que informam tal problemática não podem ser desenvolvidos dentro dos departamentos tradicionais (IBID, p. 192).

Henry Giroux, em outra publicação clama por trazer aos discursos acadêmicos e aos estudiosos da cultura uma nova política cultural baseada na construção de novas identidades, zonas de diferença cultural e formas de comunicação ética, que permitam transformar as linguagens, as práticas sociais e as histórias que são parte da herança colonial:

[...] essa posição oferece nova esperança para expandir tanto a prática do trabalho cultural quanto as possibilidades libertadoras de transpor as fronteiras que abrem novas possibilidades políticas e pedagógicas. [...] A categoria de fronteira assinala um reconhecimento daquelas margens epistemológicas, políticas, culturais e sociais que estruturam a linguagem da história, do poder e da diferença. A categoria de fronteira também prefigura a crítica cultural e os processos pedagógicos como uma forma de transpor fronteiras. [...] também (as fronteiras) se refere à necessidade de criar condições pedagógicas em que os alunos passem a transpor as fronteiras para compreender o Outro em seus próprios termos, e de criar outras regiões fronteiriças em que os diversos recursos culturais permitam a composição de novas identidades dentro das configurações de poder existentes (GIROUX, 1999, p. 40-1).

As duas publicações aqui mencionadas trazem uma abordagem profunda sobre as possibilidades de trabalharmos problemas culturais sob óticas diferenciadas e inovadoras, tanto na academia, quanto nas pesquisas, o que motiva a importância de remodelarmos os critérios de análise dos contextos culturais em qualquer área de conhecimento e, como consequência, nas artes, mais atentamente, na música. Essa ótica traria ao mundo acadêmico e à sociedade um avanço considerável, tanto epistemológico, quanto político-cultural.

Se compararmos o ensino da língua portuguesa, da matemática e das ciências sociais com o ensino musical desde a educação básica, vamos observar um profundo descompasso proveniente da falta de uma trajetória formativa gradual e ininterrupta entre essas disciplinas e a música. Mesmo com relação às demais linguagens artísticas, o ensino musical, em relação as demais artes, ainda é ocasional, não possui uma proposta pedagógica devidamente delineada e progressiva nos diversos níveis escolares, apesar de a LDB nº 9394/96 considerar a música uma área de conhecimento.

Essa problemática, bem como o número de especialidades que a música comporta em cada uma de suas subáreas (composição, regência, performance, docência, entre outras) faz com que muitos dos alunos que ingressam nos cursos superiores de música, não estejam devidamente preparados para realizarem um ensino profissional e uma atuação profissional adequado aos diferentes setores sociais onde essa arte é disseminada.

Não é incomum às demais áreas de conhecimento habilitarem um aluno para o mercado de trabalho em quatro ou cinco anos. O aluno de um curso superior de Direito, ou Engenharia, por exemplo, em um prazo de cinco anos ou um pouco mais, já sai devidamente capacitado para exercer sua profissão na especialidade escolhida, graças a uma formação educacional gradual e contínua obtida no ensino básico. Diferentemente, nos cursos superiores de música é quase impossível abarcar todo o conhecimento musical em um período de quatro ou cinco anos, a não ser que esse aluno tenha iniciado seu aprendizado musical anteriormente, ou tenha estudado em uma escola de ensino técnico de música, que tem como missão pedagógica iniciar o aluno no aprendizado do instrumento e de matérias teóricas específicas a esta formação, entre elas, teoria musical, harmonia, análise, história de música ocidental, percepção musical e rítmica.

Diante desta realidade, como mesclar em tão pouco espaço de tempo, práticas e repertórios de outras culturas no ensino superior de música? Como lidar com alunos advindos de uma heterogeneidade cultural e de níveis sociais distintos? Como trabalhar estéticas diversificadas e contextos musicais que circundam a mídia contemporânea? Como preparar no mesmo curso, alunos que querem estudar música popular, música antiga, música folclórica, ou música de ou-

tras culturas que não a ocidental? Como preparar arranjadores, produtores musicais ou demais especialidades? Como preparar alunos que adentram nas faculdades privadas sem nenhum aprendizado musical anterior?

Também é importante pensarmos como poderíamos avançar o currículo para os alunos que ingressam na academia com conhecimento musical suficiente para se especializarem mais intensamente em determinado repertório, subárea ou atividade musical. Essas questões são bastante complexas e exigem maior reflexão. Estudar música sob uma perspectiva histórica, cultural, estética, epistemológica, filosófica e sociopolítica não é tarefa fácil de se obter em um curso superior de música com duração de 4 a 5 anos, principalmente para alunos que não tiveram uma formação musical anterior. Um estudo mais apurado da música deveria incidir sobre aspectos relativos aos seus significados, a sua vinculação afetiva, a motivação e ao processo criativo propriamente dito, capacitando um profissional com características multifuncionais. Isso só seria possível se a matriz curricular dos cursos superiores de música fosse pensada não como uma operação mecânica, tecnicamente precisa e inalterável.

Não bastasse, ainda prevalece no ensino musical o estigma infundado de que ele só pode ser realizado por quem tem um talento ou um dom natural para aprender música. Não há talento ou dom que sobreviva se não houver um ensino musical sólido que permita ao aluno atuar com eficiência em uma das especialidades musicais que ele porventura tenha escolhido. Para que isso ocorra é indispensável que a educação musical siga de forma gradual e contínua desde a educação infantil até o ensino superior, independentemente da missão pedagógica que lhe for atribuída.

O problema do ensino musical não está na missão pedagógica que cada nível escolar deve desenvolver, mas na falta de continuidade, planejamento e periodicidade com que o ensino musical é realizado, o que sobrecarrega sensivelmente o trabalho pedagógico realizado nos cursos superiores de música. Também não reside no grande número de disciplinas voltadas para a compreensão e domínio prático de um repertório tradicional e eurocentrista, já que boa parte do conhecimento musical produzido no Ocidente, seja ele teórico ou prático, está embasado na compreensão e execução deste repertório.

Se formos pensar no conteúdo curricular que o ensino superior de música deixa de atender em função dessa problemática, compreenderíamos os motivos por que a música, e em menor proporção, as demais artes, não conseguem ter a projeção dos demais cursos superiores em outras áreas de conhecimento. Basicamente o ensino de música nas Universidades e Faculdades privilegia o estudo de uma produção musical de excelência, culturalmente elitista, com valor devidamente consolidado. Em contrapartida deve ser observado que, cada vez mais, estudiosos e pesquisadores de outras áreas de conhecimento têm encarado o ensino das artes como um propiciador para o desenvolvimento de outras habilidades cognitivas, fato que vem disseminando pesquisas relevantes, algumas delas formuladas por pesquisadores musicais.

A Associação Brasileira de Cognição e Artes Musicais (ABCM) tem promovido vários eventos científicos e publicações acadêmicas, a saber, o SIMCAM – Simpósio Internacional de Cognição e Artes Musicais e o ENCAM – Encontro de Cognição e Artes Musicais, além do periódico *Percepta* e dois volumes da Série *Music & Cognition*. A Sociedad Argentina para las Ciencias Cognitivas de la Musica (SAC-

COM) acompanha essa importante missão científica, promovendo inúmeras atividades voltadas para esta área de pesquisa. Outras áreas de conhecimento têm se preocupado em avaliar a importância da música em nossa sociedade e, em que medida, novos valores a ela foram agregados, independentemente da tendência tecnicista e eurocentrista atribuída à área. Como dito anteriormente, não se trata de rechaçá-la, mas integrar a esta tendência, novos olhares, novas perspectivas de trabalho, novas formas de apreciação e estudo do repertório musical do mundo.

De forma mais intensa, a falta de uma visão multicultural e reestruturante das matrizes curriculares dos cursos superiores de música deixa de lado nichos importantes que poderiam estar agregados ao aprendizado musical e que estão sendo ofertados fora da Academia ou com mais habitualidade nos programas de pós-graduação em música ou em artes. Por razões das mais diversas, muitos dos estudantes de música ainda se encontram impossibilitados de participarem desses cursos.

A descontinuidade do ensino musical na educação cada vez mais impede que as Universidades e Faculdades de Música possam se desenvolver sob uma perspectiva mais holística. Os cursos superiores de música viabilizam uma matriz curricular homogeneizante e, dessa maneira, sofrem alguns problemas ao adotarem um outro comportamento.

A pedagoga Nelli Silva (1990, p. 5/6) relata que a proposta de um currículo abstrato, predeterminado, em qualquer área de conhecimento, necessita ser suprida por uma proposta mais específica, concreta, construída para atender a realidade do ensino sob uma visão transformadora, voltada para uma prática mais criativa e compromete-

tida. Esta autora recorre aos ensinamentos veiculados por H. Giroux, quando ele afirma que uma nova sociologia da educação e do currículo deve derivar de uma compreensão teoricamente refinada a respeito da forma como o poder, a estrutura e a ação humana funcionam para reproduzir não só a lógica da dominação, mas também o cálculo da mediação, da resistência e da luta social.

Para Nelli Silva (1990), um currículo de bases tecnicistas possibilita a união do poder com o saber, nesse caso o Estado intervém na educação, fazendo com que prevaleça a hegemonia estatal do grupo no poder. Ele fortalece o poder dos técnicos e enfraquece o poder decisório do professor em sala de aula para orientar os rumos da ação educativa. Nesses casos a expressão, a experiência do aluno, suas vivências são ignoradas; o capital cultural do aluno não é utilizado como base de conhecimento e o professor não trabalha com as diferenças culturais ou diversidades sociais. Desta forma, o ensino e o currículo permanecem dicotomizados. Seria importante para as instituições administrarem um currículo crítico, que iria de encontro ao concreto, um currículo capaz de trabalhar com questões éticas, políticas e sociais e não só com as questões técnicas e instrumentais.

Nelli Silva prega um formato de currículo que se consolida coletivamente, desempenhando três funções distintas, porém complementares: a de reprodução, a da produção e a da legitimação do conhecimento adquirido. No papel reprodutivo a escola seleciona e distribui o conhecimento, relacionando-o com o controle social e cultural da sociedade. Na produção de conhecimento, a escola enquanto instituição cultural, cria conhecimento técnico-administrativo em alto nível para ser utilizado no exercício profissional. A legitimação desse conhecimento ocorre quando o trabalho educacional justifica uma ação

em grupo que tenha aceitação social. Só dessa maneira o currículo possibilita um diálogo coletivo permanente, crítico e reflexivo - parte de um processo de recriação permanente, impedindo que as ações curriculares se transformem em ideias estanques. Sob essas condições o currículo vai mais diretamente ao encontro do cotidiano do aluno, dentro de uma cultura da qual ele é portador (NELLI SILVA, 1990, p.11/13).

Antonio Joaquim Severino (2017) também tem produzido textos relatando a importância de o ensino superior estar focado nas práticas investigativas, a par do trabalho técnico que ela desenvolve. Esse procedimento traz à tona reflexões sobre as questões que envolvem a docência, mas também aquelas voltadas para as metodologias de ensino, para o currículo e para os contextos sociopolíticos que circundam o ambiente educacional. Para este pesquisador, o profissional de qualquer área deve se apropriar do acervo de conhecimentos científicos relativos ao seu campo de trabalho; deve dominar um conjunto de habilidades técnicas adequadas a sua ação interventiva sobre a natureza e sobre a própria sociedade; deve desenvolver uma sensibilidade aos valores culturais necessários para se inserir de forma ética e política em sua sociedade histórica. A citação que se segue aponta com muita propriedade o que deve ser o ensino superior nas diversas áreas:

[...] o ensino superior é mediação intencional e sistemática de uma educação voltada para a qualificação científica e técnica, com vistas à preparação de profissionais dos diversos campos da atividade humana, incluindo aqueles profissionais que vão se dedicar ao próprio exercício de construção e disseminação do conhecimento científico. Prepara então os cientistas, os técnicos, os especialistas, todos direcionados para atuar no universo da produção material, no âmbito da vida social e na esfera da cultura simbólica, os três grandes espaços em que se dão as práticas fundantes do existir humano. É pela sua

prática real que os homens conduzem sua existência histórica, direcionando-a rumo a fins que eles mesmos devem estabelecer a partir de valores que vão balizar suas opções [...] o que se espera da educação universitária é, em primeiro lugar, que desenvolva ao máximo o conhecimento científico e tecnológico em todos os campos e dimensões que contribuem para a superação do amadorismo e a apropriação da ciência e da tecnologia disponíveis para alicerçar o trabalho de intervenção na realidade natural e social (SEVERINO, 2017, p. 23/25).

Muito ainda poderia ser dito sobre a importância de os pesquisadores e educadores musicais trabalharem no sentido de atribuírem um novo e real significado ao ensino superior de música, ainda que pese em seus ombros todos os problemas acima aventados. A música é um campo de saber e, como tal, deve ser ensinada de forma que os valores substanciais ao desenvolvimento humano sejam a ela incorporados. Esta busca deve ser desenvolvida de forma coletiva, encabeçada pelos próprios educadores e pelas instituições. Não podemos pensar em um ensino de música alijado dos princípios que norteiam a Educação e a Sociedade como um todo, apesar de esta ser uma luta duradoura e de difícil implantação. Na melhor forma, devemos pensar que o ensino musical não pode ser repassado somente nos cursos superiores, mas deve se estender por toda a nossa existência a fim de que cumpra os objetivos aqui aventados.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, **BNCC** (Base Nacional Comum Curricular), aprovada e homologada integralmente pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 14 de dezembro de 2018 pelo Ministério da Educação. In: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em 2 de maio de 2021.

BRASIL, Parecer nº CNE/CES 0195/2003, publicado no Diário Oficial da União de 12/2/2004, seção 1, pág. 14. In:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES_0195.pdf, acesso em 02 de maio de 2021

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais:** rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GIROUX, Henry. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional:** novas políticas em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

NELLI SILVA, Terezinha Maria. **A construção do currículo na sala de aula:** o professor como pesquisador. 1990. São Paulo. EPU, 1990.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia na formação profissional:** porque ter valores políticos, éticos e estéticos na formação profissional é importante? São Paulo: Cartago Editorial, 2017.